



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

002341/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: c57671ae-49b3-496c-8bfa-b09d980b43ac

AUTUADO EM	Quinta-feira, 23 de Janeiro de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	ROSEANE CALDEIRA ROSA
INTERESSADO (S)	
PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA	

RESUMO

RECURSO AO EDITAL 90.139/2024 - P.A 19.945/2024 - EMPRESA PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 50.359.235/0001-42

DATA:23/01/2025

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245**À****985867 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ - PE 90139/2024**

Ao

Pregoeiro Responsável,

A PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.359.235/0001-42, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que declarou vencedora a **Perfil Computacional Ltda , para o item 01 Servidor**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

DO MÉRITO

Ao final da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, o respeitável Pregoeiro declarou a **PERFIL** como arrematantes do item em referência. Contudo, a decisão não deve prosperar, pois a proposta apresentada não atende integralmente às exigências estabelecidas no Edital, conforme se demonstra a seguir:

Dell EMC
PowerEdge R660xs

Ao analisar os itens 01 observamos que o equipamento ofertado pela **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA** não atende a exigências específicas descritas no **Termo de Referência (TR) e Edital**. A especificação técnica detalhada para o item exige características adicionais que não foram contempladas nas propostas da empresa, como:

Intel® Xeon® Silver 4510 2.4G, 12C/24T, 16GT/s, 30M Cache, Turbo, HT
(150W) **DDR5-4400** – PN [338-CPCH]

Nossas considerações :

O Termo de Referência determina : “ - Memória: 2x 64GB RDIMM, 5600MT/s, Dual Rank.”

A Recorrida ofertou processador **que não suporta memórias de 5600MT/s** , mas de no máximo 4.400 MT/s , conforme se comprova no documento abaixo da Intel .

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245

<https://www.intel.com/content/www/us/en/products/sku/236637/intel-xeon-silver-4510-processor-30m-cache-2-40-ghz/specifications.html>

DO EDITAL

O edital estabelece condições claras que devem ser seguidas por todas as licitantes. As propostas da licitante em questão não atendem a essas exigências, infringindo princípios licitatórios, como a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) mantém os princípios da antiga legislação, destacando a necessidade de observância estrita às normas editalícias, conforme prevê o artigo 5º:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência e da vinculação ao edital.”

Ademais, a lei também prevê a responsabilização do agente público por atos que possam prejudicar o certame, conforme o artigo 8º.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Além disso, o Decreto nº 10.024/19 reitera a importância da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, não permitindo que a Administração exija mais ou menos do que o previsto.

“Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245

objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.”

Segundo Fernanda Marinela1:

“O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais e nem menos do que está previsto nele. Por essa razão é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da Lei.”.

O que se assevera acima está na mesma esteira do que já foi, inclusive, exaustivamente firmado pelo Judiciário:

“EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O princípio da vinculação ao edital impõe que a Administração e os licitantes respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certame é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 3. Agravo de Instrumento não provido. (TJMS – AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019).”

No âmbito dos procedimentos licitatórios, o desrespeito às condições estabelecidas no instrumento editalício e seus correlatos acaba por consubstanciar golpe fatal à máxima principiológica da vinculação ao instrumento convocatório, que, consoante da doura lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro2:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. (...)”

50.359.235/0001-42

PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDAAV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA
LUCIA -VITÓRIA /ES CEP: 29.056-245**DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos argumentos expostos, é evidente que as propostas das empresas **Perfil Computacional Ltda** não atende às exigências técnicas descritas no Edital e no Termo de Referência, motivo pelo qual solicitamos a revisão da decisão da Comissão Permanente de Licitação e a reanálise das propostas, com a devida **DESCCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA para o item 01 Servidor.**

Por fim, requer-se a reavaliação das propostas conforme as exigências técnicas estabelecidas, garantindo o cumprimento das condições de qualidade e especificações exigidas para o bom desempenho dos serviços a serem contratados.

O desrespeito às condições estabelecidas no edital é um fator que compromete a integridade do processo licitatório. Como já decidido por jurisprudência, o não atendimento às exigências editalícias implica desclassificação, conforme ementa do TJMS:

“A desclassificação do licitante que não atendeu às exigências do edital é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.”

No que tange ao princípio do julgamento objetivo, a Administração deve avaliar as propostas estritamente conforme os critérios definidos no edital.

Atenciosamente,

MARCIA VERENA GONCALVES
SILVA:01864620773Assinado de forma digital por MARCIA
VERENA GONCALVES SILVA:01864620773
Dados: 2025.01.20 21:40:28 -03'00'

PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.

PRIMESTORE COMERCIO
DE INFORMATICA
LTDA:50359235000142Assinado de forma digital por
PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA
LTDA:50359235000142
Dados: 2025.01.20 21:40:50 -03'00'

CONTRARRAZÕES

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ

Pregão Eletrônico 90139/2024

A **Perfil Computacional Ltda.** ("Perfil"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.543.216/0011-09, estabelecida na cidade de Serra-ES, na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, nos termos do item 19 do Edital (RECURSOS), por meio de seu representante abaixo assinado, apresentar suas contrarrazões ao recurso interposto pela empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA LTDA** ("Recorrente").

A Recorrente alega, sem evidências consistentes, o não cumprimento do edital por parte da Contrarrazoante, o que aparenta ser apenas uma inconformidade com sua própria desclassificação ocorrida anteriormente. Tal alegação demonstra, claramente, conforme ilustraremos a seguir, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios fundamentais do procedimento licitatório por parte da Recorrente.

I – DOS FATOS:

Primeiramente, é válido registrar que a Perfil Computacional Ltda., parceira autorizada da marca DELL para ofertar seus produtos em editais, é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, sendo prontamente aceita por esta Administração. Entretanto, a **Recorrente**, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, ou ainda inconformada com sua própria desclassificação e com a aceitação de nossa proposta, apresentou recursos que não correspondem à realidade, conforme demonstramos a seguir.

II – SÍNTESE DOS FATOS:

A recorrente **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA LTDA**, aponta supostas falhas no seguinte sentindo:

Ponto:

“O Termo de Referência determina : “ - Memória: 2x 64GB RDIMM, 5600MT/s, Dual Rank.”

A Recorrida ofertou processador que não suporta memórias de 5600MT/s , mas de no máximo 4.400 MT/s , conforme se comprova no documento abaixo da Intel .”

Ao analisarmos o recurso interposto, verifica-se que este carece de fundamentação adequada em relação ao processo editalício. A Recorrente alega que a Recorrida ofertou produto com processador que suporta barramento de memória inferior ao solicitado. No entanto, observa-se que, antes da fase de lances, houve um pedido de esclarecimento abordando este

mesmo assunto, o qual foi respondido pela autoridade competente da Prefeitura de Nova Friburgo, conforme ilustrado abaixo:

Esclarecimento 01: Verificamos que o processador Intel Silver 4510 atende exatamente as características e desempenho exigidos. Ocorre que este processador suporta memórias com frequências de no máximo 4400 MT/s, o que não afeta a performance geral do equipamento. Desta forma, entendemos que ao oferecer processador que atenda às exigências do TR serão aceitos memórias com suporte a frequência de até 4.800 MHz. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA : O seu entendimento, na maior parte, está correto, mas com alguns pontos que precisam de atenção.

O Intel Silver 4510, como você mencionou, suporta memórias com frequência de até 4400 MT/s. Isso significa que, para garantir o melhor desempenho e compatibilidade, a memória instalada não deve exceder esse limite, já que o processador vai operar no máximo a essa frequência. Caso a memória tenha uma frequência maior (como 4800 MHz, por exemplo), ela vai funcionar em uma frequência reduzida, compatível com a capacidade máxima do processador (no caso, até 4400 MT/s). Se você oferece módulos de memória com frequência de até 4800 MHz em uma configuração onde o processador é o Silver 4510, a memória provavelmente funcionará a 4400 MT/s, já que o processador não é capaz de suportar mais do que isso. No entanto, não há problema em oferecer memórias com frequência superior a 4400 MT/s, desde que o sistema as "downclock" para a frequência máxima suportada pelo processador. Ou seja, não haverá impacto negativo, mas a memória não funcionará na sua frequência nominal mais alta. Embora o processador tenha um limite de 4400 MT/s, a diferença de desempenho entre memórias de 4400 MT/s e 4800 MT/s em um processador que não consegue atingir essa frequência máxima pode ser mínima, dependendo do tipo de aplicação ou uso. Portanto, a escolha de memórias com frequência superior não afetará negativamente o desempenho geral do sistema, mas não proporcionará um benefício significativo além do limite suportado pelo processador.

Importante destacar que as respostas aos pedidos de esclarecimento são vinculativas e devem ser levadas em conta por todos os licitantes. A Recorrente, como qualquer empresa séria que participe de processos licitatórios, deveria ter verificado e lido atentamente essas respostas antes de apresentar um recurso que apenas tumultua o andamento do certame. Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, art. 164, caput e parágrafo único, e art. 55, § 1º, as respostas aos pedidos de esclarecimento são parte integrante do processo licitatório e devem ser observadas para garantir a transparência e a isonomia do certame.

Além disso, é surpreendente que a empresa Recorrente, já desclassificada por não ter analisado adequadamente os requisitos claramente especificados no edital e, conseqüentemente, ter apresentado uma proposta com equipamento em desconformidade com o solicitado, agora questione a aceitação da proposta da empresa que apontou essas desconformidades ao órgão gerenciador do processo licitatório, resultando na desclassificação da Recorrente. Tal atitude não só demonstra uma tentativa de tumultuar o processo licitatório, mas também revela uma falta de compromisso com a seriedade e a transparência que devem nortear as licitações públicas. A Recorrente deveria, antes de apresentar recursos infundados, ter verificado e corrigido em tempo suas próprias falhas, em vez de tentar prejudicar o andamento regular do certame.

Lei 14.133 - Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

A proposta da Recorrida atende aos requisitos do edital, respeita os princípios da licitação pública e não comprometeu a competitividade. O recurso apresentado pela Recorrente carece de fundamento, visto que todo o processo foi conduzido dentro da legalidade. Portanto, é oportuno indeferi-lo para garantir o prosseguimento regular do processo licitatório, uma vez que a Recorrente não levou em conta as respostas aos pedidos de esclarecimento vinculados a este processo licitatório.

III – DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer-se o completo indeferimento dos recursos apresentados, em virtude da inaplicabilidade de suas parcas alegações. Solicita-se, ainda, que sejam acolhidas as argumentações aqui demonstradas, mantendo-se a decisão que declarou a Perfil Computacional Ltda. como vencedora do certame. Ademais, requer-se o prosseguimento das demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado, garantindo a continuidade do processo licitatório de forma justa e transparente.

Nestes termos, pede deferimento.

Serra, 21 de janeiro de 2025.

Representante Legal
CPF: 481.149.520-91 - RG: 6038740095
Celular: (54) 99109-9269
E-mail: rodrigo@perfil.inf.br
PerfilComp



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.139/2024

Processo Licitatório nº: 19.945/2024

Processo Recurso nº: 2.341/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.139/2024

OBJETO:

Trata-se de recurso interposto pela empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ: 50.359.235/0001-42, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021. O recurso foi apresentado dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis após a decisão questionada, conforme documentação anexa ao processo de recurso nº 2.341/2025.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 20.01.2025. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 19.945/2024, a **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA** manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 05.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

O recorrente alega, em síntese, que a empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA** ofertou produto para o Item 01 (Servidor) que não atende às exigências editalícias. Os principais pontos destacados incluem:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

1. **Especificação técnica do processador:** O processador ofertado (Intel Xeon Silver 4510) não suporta memórias de 5600MT/s, conforme exigido no Termo de Referência.
2. **Princípio da vinculação ao edital:** A proposta da empresa Perfil Computacional Ltda descumpre normas editalícias ao apresentar equipamento incompatível com as especificações técnicas obrigatórias.
3. **Prejuízo ao julgamento objetivo:** A aceitação da proposta da empresa Perfil compromete a isonomia do certame.

O recorrente solicita a desclassificação da empresa Perfil Computacional Ltda e a reanálise das propostas conforme as exigências do edital e do Termo de Referência.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, o recorrente defende que tais irregularidades violam as regras editalícias e comprometem a isonomia do certame, solicitando a desclassificação da empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA**.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA**, alega que:

1. Sua proposta está de acordo com o edital: sendo apresentada de forma completa e aceita pela administração responsável pelo certame.
2. Que o recurso da **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA** é infundada uma vez que a recorrente está insatisfeita com a própria desclassificação e faz acusações baseadas em interpretações errôneas do edital e dos documentos vinculativos.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

3. Processo conduzido dentro da legalidade: A Perfil reforça que respeitou todas as diretrizes e princípios legais, conforme a Lei nº 14.133/2021, destacando isonomia, transparência e competitividade no certame, pedindo assim o indeferimento do recurso.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando que se trata de questões estritamente técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, à Subsecretaria de Tecnologia e Informação, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Os relatórios de julgamento e habilitação na íntegra e as demais informações e documentos da contratação podem ser acessados através do link: <https://pncp.gov.br/app/editais/28606630000123/2024/108>.

Nova Friburgo, 23 de janeiro de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matricula: 990.996



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
E SUPERIOR

Nova Friburgo, 27 de janeiro de 2025.

Processo Nº 045323/2024

À Secretaria de Infraestrutura e Planejamento - Comissão Permanente de Pregão II

Cumprimentando-os cordialmente,

Em resposta à diligência solicitada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI, apresentamos, a seguir, a análise técnica detalhada dos termos do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024.

Em análise ao recurso interposto pela empresa PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, em face das alegações de descumprimento das especificações constantes no Termo de Referência (TR) e em razão dos esclarecimentos prestados no decorrer da licitação, passo a decidir.

Primeiramente, conforme consta no histórico do processo, no dia 18/11/2024, foi realizado um esclarecimento à empresa PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA GLOBAL, referente às frequências de memória suportadas pelo processador especificado no TR. Na ocasião, foi informado que a utilização das frequências de memória mencionadas não impactaria negativamente o desempenho geral do sistema, conforme confirmado pelas partes envolvidas e não havendo dúvidas quanto a esse ponto antes da fase de lances.

Importante destacar que, antes da referida fase de lances, os esclarecimentos prestados já haviam sido devidamente apresentados e aceitos, sem qualquer questionamento substancial sobre o impacto da especificação na performance do sistema. Portanto, a alegação da empresa PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, de que as especificações estariam fora do que foi solicitado no TR, carece de fundamentação suficiente para que seja acolhida, uma vez que tais aspectos já haviam sido esclarecidos de forma adequada e transparente, e a PRIMESTORE teve amplo conhecimento dos termos e condições exigidos pela licitação.

Ressalto que todos os esclarecimentos prestados ao longo do processo licitatório têm extrema importância para garantir a transparência e a competitividade do certame. Diante disso, não há razão para acolher o recurso apresentado pela empresa PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, visto que os pontos questionados foram adequadamente esclarecidos e já estavam consolidados antes da fase de lances.

Diante do exposto, peço para indeferir o recurso interposto pela PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, mantendo as decisões previamente tomadas e os esclarecimentos prestados como válidos e conclusivos.

Rômulo Cesário Rodrigues

Gestor de T.I - Matr.: 063.613

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 2db10709-cf0b-4270-80db-f732a197fdce

Papel Timbrado Secretaria e Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior Nº 000008/2025





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.139/2024

Processo Licitatório nº: 19.945/2024

Processo Recurso nº: 2.341/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.139/2024

OBJETO:

Trata-se de recurso interposto pela empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no **CNPJ: 50.359.235/0001-42**, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021. O recurso foi apresentado dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis após a decisão questionada, conforme documentação anexa ao processo de recurso nº 2.341/2025.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 20.01.2025. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 19.945/2024, a **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA** manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 05.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

O recorrente alega, em síntese, que a empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA** ofereceu produto para o Item 01 (Servidor) que não atende às exigências editalícias. Os principais pontos destacados incluem:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

1. **Especificação técnica do processador:** O processador ofertado (Intel Xeon Silver 4510) não suporta memórias de 5600MT/s, conforme exigido no Termo de Referência.
2. **Princípio da vinculação ao edital:** A proposta da empresa Perfil Computacional Ltda descumpre normas editalícias ao apresentar equipamento incompatível com as especificações técnicas obrigatórias.
3. **Prejuízo ao julgamento objetivo:** A aceitação da proposta da empresa Perfil compromete a isonomia do certame.

O recorrente solicita a desclassificação da empresa Perfil Computacional Ltda e a reanálise das propostas conforme as exigências do edital e do Termo de Referência.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, o recorrente defende que tais irregularidades violam as regras editalícias e comprometem a isonomia do certame, solicitando a desclassificação da empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA**.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA**, alega que:

1. Sua proposta está de acordo com o edital: sendo apresentada de forma completa e aceita pela administração responsável pelo certame.
2. Que o recurso da **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA** é infundada uma vez que a recorrente está insatisfeita com a própria desclassificação e faz acusações baseadas em interpretações errôneas do edital e dos documentos vinculativos.
3. Processo conduzido dentro da legalidade: A Perfil reforça que respeitou todas as diretrizes e princípios legais, conforme a Lei nº 14.133/2021, destacando isonomia, transparência e competitividade no certame, pedindo assim o indeferimento do recurso.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando que se trata de questões estritamente técnicas, encaminhando o presente processo, nos termos do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, à Subsecretaria de Tecnologia e Informação, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Os relatórios de julgamento e habilitação na íntegra e as demais informações e documentos da contratação podem ser acessados através do link: <https://pncp.gov.br/app/editais/28606630000123/2024/108>.

VI. DA DECISÃO

Ressalta-se que a Pregoeira não detém expertise técnica específica para aferir os aspectos levantados no recurso. Por essa razão, a presente decisão fundamenta-se integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente.

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.139/2024, e, subsidiado pelo parecer da secretaria requisitante (fls. 12), no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.139/2024.

Nova Friburgo, 28 de janeiro de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matricula: 990.996